v7.n10.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

MASCULINIDADES PELA LENTE ANALÍTICA DA INTERSECCIONALIDADE

MASCULINITIES THROUGH AN INTERSECTIONAL ANALYTICAL LENS

MASCULINIDADES DESDE LA LENTE ANALÍTICA DE LA INTERSECCIONALIDAD

Maria Inez Barboza Marques[1], Thaina Marieli Silva Andrade[2]

e7109132
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i10.9132

PUBLICADO: 10/2026

RESUMO

Este artigo analisa as masculinidades a partir da lente analítica da interseccionalidade. Compreende-se que as experiências masculinas são socialmente construídas e atravessadas por relações de poder que articulam gênero, raça, classe, sexualidade e território. Trata-se de um ensaio teórico, de caráter analítico e crítico, fundamentado em autoras e autores dos estudos de gênero, masculinidades e feminismo negro. Argumenta-se que a masculinidade hegemônica constitui um modelo normativo que produz hierarquias entre os próprios homens, distribuindo de forma desigual privilégios, vulnerabilidades e exposições à violência. No contexto brasileiro, marcado pelo colonialismo, pelo racismo estrutural e pelas desigualdades de classe, observa-se que homens negros, pobres e periféricos vivenciam experiências específicas de subalternização e exclusão. Conclui-se que a perspectiva interseccional amplia a compreensão das masculinidades ao considerar a articulação entre diferentes sistemas de opressão, contribuindo para a formulação de políticas públicas e para o fortalecimento dos estudos sobre masculinidades.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade. Masculinidades. Gênero.

ABSTRACT

This article analyzes masculinities through an intersectional lens. Masculine experiences are understood as socially constructed and shaped by power relations involving gender, race, class, sexuality, and territory. This is a theoretical essay with an analytical and critical approach, grounded in authors from gender studies, masculinity studies, and Black feminism. It argues that hegemonic masculinity constitutes a normative model that produces hierarchies among men themselves, unequally distributing privileges, vulnerabilities, and exposure to violence. In the Brazilian context, marked by colonialism, structural racism, and class inequalities, Black, poor, and peripheral men experience specific forms of subordination and exclusion. It concludes that an intersectional perspective broadens the understanding of masculinities by considering the articulation of different systems of oppression, contributing to the development of public policies and to the advancement of masculinity studies.

KEYWORDS: *Intersectionality. Masculinities. Gender.*

RESUMEN

Este artículo analiza las masculinidades desde una perspectiva analítica de la interseccionalidad. Se comprende que las experiencias masculinas son socialmente construidas y atravesadas por relaciones de poder que articulan género, raza, clase, sexualidad y territorio. Se trata de un ensayo teórico, de carácter analítico y crítico, fundamentado en autoras y autores de los estudios de género, masculinidades y feminismo negro. Se sostiene que la masculinidad hegemónica

[1] Doutora, PUC/SP. Docente no Curso de Serviço Social e do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED) na Universidade Estadual do Paraná.
[2] Mestre, UNESPAR.

constituye un modelo normativo que produce jerarquías entre los propios hombres, distribuyendo de manera desigual privilegios, vulnerabilidades y exposición a la violencia. En el contexto brasileño, marcado por el colonialismo, el racismo estructural y las desigualdades de clase, se observa que los hombres negros, pobres y periféricos experimentan formas específicas de subordinación y exclusión. Se concluye que la perspectiva interseccional amplía la comprensión de las masculinidades al considerar la articulación entre diferentes sistemas de opresión, contribuyendo a la formulación de políticas públicas y al fortalecimiento de los estudios sobre masculinidades.

PALABRAS CLAVE: Interseccionalidad. Masculinidades. Género.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre masculinidades começaram a se consolidar nas últimas décadas enquanto campo de investigação nas Ciências Humanas e Sociais, demonstrando que as masculinidades são socialmente construídas por meio de contextos históricos e culturais (Connell; Messerschmidt, 2013). Entretanto, mesmo com o avanço neste campo, é necessário aprofundar a leitura sobre as diferentes posições sociais ocupadas por sujeitos e os múltiplos marcadores que atravessam suas experiências, para além de uma visão hegemônica do que representa “ser homem” na sociedade.

É justamente esse entendimento universalizante que se busca problematizar neste artigo. Defende-se que as masculinidades só podem ser compreendidas em sua complexidade quando analisadas por meio da lente analítica da interseccionalidade, reconhecendo que raça, etnia, classe, sexualidade, território e outros marcadores sociais produzem formas distintas de vivenciar o masculino, bem como diferentes possibilidades de acesso ao poder, ao reconhecimento social e às diversas formas de violência. Nessa perspectiva, compreender as masculinidades como plurais permite ampliar a análise das relações de gênero e reconhecer as hierarquias que se estabelecem entre diferentes modos de ser homem, considerando as múltiplas relações de poder que atravessam essas experiências.

Admitir que existem múltiplas masculinidades não significa afirmar que todas são igualmente reconhecidas. Ao contrário, determinadas formas de ser homem ocupam posições de maior prestígio e legitimidade social. Essa discussão é desenvolvida por Raewyn Connell ao formular o conceito de masculinidade hegemônica. Na perspectiva de Connell (2016), a masculinidade hegemônica é compreendida como um padrão socialmente construído de práticas de gênero. A autora ressalta que essa forma de masculinidade se distingue de outras expressões do masculino, especialmente das masculinidades subordinadas. Contudo, seu caráter é normativo, na medida em que representa a forma socialmente mais valorizada de “ser homem”. Dessa maneira, a masculinidade hegemônica constitui um modelo de referência em relação ao

qual os homens são posicionados, contribuindo para a legitimação das hierarquias entre os próprios homens e da subordinação das mulheres.

Essa concepção aponta que compreender a masculinidade hegemônica torna-se fundamental para analisar como determinadas formas de viver o masculino são socialmente valorizadas, enquanto outras são marginalizadas. É justamente nesse ponto que a lente analítica da interseccionalidade amplia a discussão, ao admitir que essas hierarquias também são atravessadas por marcadores como raça, classe, sexualidade, território, entre outros.

Trata-se de um ensaio teórico, de caráter analítico e crítico. Foram mobilizadas autoras e autores de reconhecida contribuição para os estudos de gênero, masculinidades, raça, classe, feminismo negro e interseccionalidade. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo geral analisar como diferentes marcadores sociais constituem experiências diversas de masculinidade e produzem posições desiguais de poder, privilégio, vulnerabilidade e exposição à violência. Especificamente, busca-se neste estudo discutir as masculinidades enquanto construções sociais, culturais e históricas e apresentar as contribuições da interseccionalidade para esse campo de investigação.

Ao desenvolver essa discussão, o artigo busca contribuir para o campo dos estudos sobre masculinidades ao defender uma abordagem que não se constitui apenas como complemento analítico, mas como uma perspectiva necessária para compreender as masculinidades enquanto plurais, bem como as formas pelas quais diferentes sistemas de opressão se articulam na produção e reprodução das diversas desigualdades.

2. METODOLOGIA

O estudo possui caráter qualitativo e o percurso analítico foi organizado nos seguintes eixos: construção social das masculinidades; racialização e desigualdades de classe; sexualidade, dissidências e violência. Os três eixos não são tratados de maneira isolada. A interseccionalidade constitui a lente analítica do ensaio, utilizada para compreender como gênero, raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais se articulam na produção das experiências masculinas.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO

3.1. A construção das masculinidades sob a perspectiva interseccional

No campo dos estudos sobre as masculinidades, Michael Kimmel compreende as masculinidades como construções sociais, afastando-se de perspectivas que as concebem como uma essência natural ou biologicamente determinada (Kimmel, 1998). Para o autor, as

masculinidades variam entre diferentes contextos históricos e culturais e são construídas simultaneamente em dois campos de relações de poder: nas relações entre homens e mulheres, marcadas pelas desigualdades de gênero, e nas relações entre os próprios homens, atravessadas por marcadores como raça, etnia, idade e sexualidade, entre outros. Nessa perspectiva, as masculinidades constituem um conjunto dinâmico de comportamentos, práticas e significados, continuamente produzidos nas relações sociais. Essa compreensão respaldada na perspectiva de Kimmel permite afastar explicações biologizantes sobre as experiências do masculino, demonstrando que as formas de "ser homem" são produzidas historicamente e variam de acordo com os contextos culturais e sociais nos quais os sujeitos estão inseridos.

Nesta linha, Valeska Zanello utiliza a expressão: "não se nasce homem, torna-se" (Zanello, 2022, p. 80), estabelecendo uma analogia com a frase utilizada por Simone de Beauvoir na obra "O segundo sexo". Por meio dessa analogia, Zanello (2022) sustenta que existem certas formas de masculinidades que são interpeladas pela cultura em um determinado tempo histórico. No caso do Brasil, certa forma de masculinidade (hegemônica) é danosa para os homens em si e para todos e todas de seu convívio. Essa perspectiva permite compreender que a socialização masculina está diretamente relacionada às estruturas sociais que definem quais formas de ser homem são reconhecidas, valorizadas e legitimadas. Nesse sentido, reforça-se o argumento desenvolvido neste artigo de que as masculinidades não podem ser analisadas a partir de uma perspectiva universalizante, mas devem ser compreendidas à luz dos diferentes marcadores sociais que atravessam as experiências masculinas.

Conforme argumentam Adriano Beiras et al. (2021), os homens são "adestrados formal e informalmente para serem soldados de lei" dentro e fora de casa. Nessa perspectiva, os autores relacionam a construção das masculinidades à presença dos homens em estatísticas de autoria de homicídios por arma de fogo e de violência contra as mulheres, bem como de vitimização por suicídios, acidentes em geral, acidentes de trânsito, álcool e outras drogas etc. Em diálogo com essa perspectiva, Fernando Albuquerque (2023) enfatiza que o envolvimento em acidentes automobilísticos e em situações de violência com arma de fogo pode estar relacionado à busca pela sensação de poder por meio de símbolos fálicos, compreendidos como instrumentos de dominação e poder, como carros e armas. Além disso, Albuquerque (2023) discute a objetificação das mulheres como símbolos de disputa e conquista no exercício de determinadas formas de masculinidade. A partir dessas contribuições teóricas, compreende-se que determinadas formas de exercício das masculinidades podem estar associadas à adoção de comportamentos e hábitos prejudiciais à saúde e à maior exposição a fatores de risco.

As contribuições de Beiras et al. (2021) e Albuquerque (2023) demonstram que a construção das masculinidades atravessa a forma como os homens se relacionam consigo

mesmos, com outros homens e com as mulheres. Assim, comportamentos associados ao risco, à violência e à constante demonstração de poder não constituem características naturais da condição masculina, mas expressões de processos de socialização sustentados por relações históricas, sociais e culturais de dominação.

Considerando essa construção sociocultural que expõe os homens a situações de violência e mortes precoces, no ano de 2009 foi publicada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que reconhece que muitos dos agravos poderiam ser evitados se os homens adotassem medidas de prevenção primária (Brasil, 2009). A baixa adesão masculina aos serviços e às práticas preventivas tem sido associada, entre outros fatores, às construções socioculturais de masculinidade. A cultura patriarcal em que vivemos potencializa as práticas baseadas em valores e crenças do que é ser masculino. Portanto, a doença é considerada como fragilidade, e homens julgam-se invulneráveis, considerando o modelo de masculinidade hegemônica, o que contribui para que se cuidem menos e se coloquem em mais situações de risco. Além disso, o cuidado permanece socialmente associado ao universo feminino, de modo que sua incorporação pelos homens pode ser percebida como uma ameaça ao ideal da masculinidade hegemônica.

Em diálogo com os autores anteriormente apresentados, Beiras *et al.* (2021) acrescentam que a construção das masculinidades ocorre de forma relacional e está profundamente vinculada às estruturas patriarcais que organizam a sociedade. Nessa perspectiva, o patriarcado estabelece um modelo normativo de masculinidade, associado à figura do homem branco, cristão, heterossexual e proprietário, posicionando como subordinadas as masculinidades que não correspondem a esse ideal. Essa compreensão reforça que as masculinidades não são apenas múltiplas, mas também hierarquizadas. Desse modo, os diferentes modos de vivenciar o masculino são atravessados por relações de poder que distribuem privilégios e vulnerabilidades de maneira desigual, aspecto que será aprofundado a partir da lente analítica da interseccionalidade.

3.2. Racialização e desigualdades de classe

Chimamanda Adichie nos alerta sobre “o perigo de uma história única” (Adichie, 2019, p. 7), assim, no contexto brasileiro, marcado pelo colonialismo, pela escravidão, pelas profundas desigualdades raciais e pela violência estrutural produzida pelas contradições da sociabilidade capitalista, torna-se fundamental analisar como raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais atravessam a construção das masculinidades. Homens negros, pobres, periféricos, gays e trans vivenciam formas específicas de controle, estigmatização e violência, ao mesmo tempo

em que são frequentemente excluídos das representações hegemônicas do masculino. Nessa perspectiva, este artigo parte do entendimento de que não existe uma experiência universal de ser homem, mas múltiplas formas de vivenciar as masculinidades, constituídas nas intersecções entre diferentes marcadores sociais e relações de poder. Assim, defende-se que a lente analítica da interseccionalidade amplia a compreensão dessas experiências ao considerar como privilégios e desigualdades são produzidos e distribuídos de maneira diferenciada entre os próprios homens.

Nessa direção, Bilge e Collins (2020) ressaltam que o termo “interseccionalidade” passou a ser adotado com mais frequência nos primeiros anos do século XXI, por ativistas, profissionais e acadêmicos. Lideranças de movimentos sociais buscam, por meio da lente analítica da interseccionalidade, um direcionamento para seu trabalho em intervenções no combate à violência, na luta por justiça reprodutiva, pelos direitos da classe trabalhadora e em relação a demais questões similares. Em diferentes locais, pessoas utilizam cada vez mais o termo “interseccionalidade” em projetos intelectuais e políticos (Bilge; Collins, 2020). Além disso, para as autoras, a interseccionalidade, como uma ferramenta analítica, considera que as categorias de raça, gênero, classe, nacionalidade, orientação sexual, etnia, idade, entre outras, se moldam mutuamente. Assim, essa lente analítica é uma forma de explicar e entender a complexidade das pessoas e do mundo.

No campo de análise proposto por este artigo, a interseccionalidade permite compreender que as masculinidades são vividas de maneira desigual, situadas em posições sociais distintas e atravessadas por múltiplos eixos de poder. Essa lente analítica possibilita compreender quais homens acessam maiores níveis de reconhecimento, poder e proteção institucional e quais permanecem mais expostos à precarização da vida, à violência estatal e à exclusão simbólica.

Nessa direção, JJ Bola, escritor, educador e poeta congolês, nos convida a pensar que, da mesma forma que homens são diferentes das mulheres, eles também são diferentes entre si (Bola, 2020). O autor explica que, quando se imagina uma definição possível do que é um homem, imagens genéricas acabam povoando o imaginário coletivo – é provável que se imagine alguém atlético, alto, com ombros largos, voz grave, com sexualidade e etnia específicas, ou, pelo menos, segundo o pensamento vigente, seria um homem hétero e branco. Seguindo esse imaginário, conforme Bola (2020), ainda se atribuem modos de como esse homem deve agir e como ele deve ser, e qualquer outro comportamento diferente desses padrões preestabelecidos é visto como um desvio da norma.

É nesse sentido que o estudo problematiza as masculinidades em um campo universal, sendo importante destacar, conforme pontua Audre Lorde (1983), que não há uma hierarquia de

opressões, o que exige uma abordagem que reconheça a articulação inseparável entre racismo, capitalismo e patriarcado. As lentes exclusivas são entendidas como limitadas por Bilge e Collins (2020). Além disso, as autoras apontam a recusa de concepções binárias que vêm dos estudos acadêmicos. Concordamos com as autoras, afinal, na visão do binarismo, conforme discute Zanello, a ideia de masculinidade/feminilidade, masculino/feminino se mantém como forma "naturalizante/biologizante". Exemplificando, sob essa ótica, entende-se que as mulheres nascem com instinto materno e são naturalmente cuidadoras, enquanto os homens seriam naturalmente impulsivos sexualmente e agressivos. O binarismo é uma construção histórico-social criada e mantida por diversos mecanismos. Além disso, mesmo diante de várias críticas, há ainda grupos que o utilizam de forma essencialista, como se houvesse emoções e comportamentos essencialmente relacionados a mulheres e a homens.

Um dos comportamentos atrelados às masculinidades nessa construção do binarismo é a violência. Nesse ponto, bell hooks argumenta que todos os homens inseridos em uma cultura marcada pela violência devem demonstrar em algum momento da vida que são capazes de ser violentos, ou seja, "ser agressivo é a maneira mais simples de afirmar a masculinidade patriarcal" (hooks, 2022, p. 112). A autora também sinaliza: "quando penso no que escrever, sempre trabalho a partir do lugar da experiência concreta, escrevendo sobre o que acontecia na minha vida e na vida das mulheres e homens que me rodeiam" (hooks, 2019, p. 9). Por meio desse pensamento de hooks, e relacionando-o às ideias da lente analítica da interseccionalidade, pode-se trazer um retrato demonstrado por meio da escrevivência de Conceição Evaristo em "Canção para ninar menino grande". Nesse conto, é apresentada a trajetória de Fio Jasmim, um personagem que corporifica os atravessamentos de raça, classe e gênero na construção das masculinidades. Como escreve a autora:

> Fio Jasmim, depois que se entende por gente, ou melhor, bem antes, ali pelos dez anos, chorava muito pouco diante de alguém. Se tinha raiva, medo ou tristeza, lágrimas vertidas para dentro pretendiam dar conta de qualquer sentimento. Aprendera, desde cedo, a engolir o choro e deixar de lado qualquer sentimento que parecesse dor ou tristeza. Só a raiva era permitida [...] raiva, explosão, enfrentamento na rua eram atitudes de um menino que estava se tornando um homem (Evaristo, 2022, p. 111).

Esse trecho do livro "Canção para ninar menino grande" demonstra o que é ensinado e permitido para meninos e homens sentirem, apresentando como a socialização das masculinidades é marcada pela negação da vulnerabilidade e pela permissão da expressão da raiva como única forma de expressão aceita socialmente. Essa construção está atravessada por

relações sociais de dominação e poder. Nesse sentido, a literatura de Evaristo não apenas ilustra, mas também produz conhecimento ao trazer visibilidade às dores, contradições e resistências dessas experiências por meio da escrevivência. Na obra intitulada “A gente é da hora: homens negros e masculinidade”, bell hooks verbaliza que nessa cultura os homens negros não são amados e também não se amam, afinal, como podem se amar rodeados de tanto ódio? Para a autora, “se os homens negros fossem amados, poderiam esperar mais do que uma vida trancafiada, enjaulada, confinada; eles poderiam se imaginar além da repressão” (hooks, 2022, p. 32). Além disso, hooks pontua que na cultura patriarcal todos os homens aprendem um papel que confina e que restringe. No entanto, em sua análise, quando raça e classe se articulam ao patriarcado, os homens negros suportam as piores imposições da identidade patriarcal masculina (hooks, 2022).

Essas piores imposições atravessam de maneira mais intensa as vivências dos homens negros e pobres. Isso porque a masculinidade hegemônica não é constituída somente por normas de gênero, mas também por relações raciais historicamente produzidas. No contexto da colonialidade, a branquitude foi consolidada como referência de humanidade e como posição de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para pessoas brancas em uma sociedade na qual o racismo é estrutural (Bento, 2022). Assim, no tocante às masculinidades, o modelo legitimado socialmente de ser homem passou a ter como parâmetro o homem branco. É nesse sentido que Neusa Santos Souza afirma que “ser homem tem cor – branco” (Souza, 1983).

Relacionando essa afirmação às identidades, a autora explica que, nos atravessamentos de raça e etnia, ao ter de se livrar da idealização tradicional que definia os homens política, social e economicamente como submissos e inferiores, sem possuir uma concepção positiva sobre si mesmo, o negro se viu obrigado a tomar o branco como modelo de identidade, ocorrendo o que se denomina apagamento de identidades. Nesse sentido, é importante reconhecer que homens negros, gays, pobres, periféricos também estão posicionados em avenidas identitárias, conforme a metáfora utilizada por Crenshaw (1994) para compreender a interseccionalidade. Posto isso, Nisterac (2023) aponta que, na construção do nosso país (Brasil), por meio do processo escravagista e colonial, seguido pelas políticas de embranquecimento e pela miscigenação, esses processos influenciaram e seguem influenciando a identidade racial de homens negros em nosso país.

As consequências desse processo histórico ultrapassam a dimensão identitária e se expressam nos estereótipos e nas desigualdades que marcam a experiência cotidiana dos homens negros. Para hooks (2022), em nossa sociedade, os homens negros são vistos como desprovidos de habilidades intelectuais; no estereótipo do racismo e do machismo, são percebidos mais como um corpo do que como uma mente. A autora ressalta que, na cultura do

patriarcado supremacista branco capitalista imperialista, os jovens de classes pobres são socializados por meio da grande mídia para acreditar que, para sobreviver nessa sociedade, basta ter habilidades para o trabalho físico. Dessa forma, jovens são socializados para acreditar que a força física é tudo o que realmente importa. Para a autora, “essa socialização é tão presente no mundo atual quanto foi durante a escravidão” (hooks, 2022, p. 91). A autora enfatiza que os homens negros sempre foram alvo da deseducação. Assim, são preparados para não ter escolhas e para permanecer em subclasses.

3.3. Desigualdades de classe: sexualidade, dissidências e violência

As relações de poder mencionadas anteriormente não se restringem ao campo das representações sociais, mas produzem efeitos concretos sobre as condições de vida da população negra. Entre esses efeitos, destacam-se as desigualdades no acesso ao trabalho e à renda, que incidem diretamente sobre as experiências das masculinidades negras. Para hooks (2022), é bastante difundido que homens são provedores; assim, na socialização patriarcal, a pessoa é responsável se for capaz de conseguir um emprego, se puder “levar o dinheiro para casa”, visando cuidar do bem material e do bem-estar da família.

A falta de oportunidades de trabalho e a pobreza, entretanto, impedem muitos homens negros de serem responsáveis no sentido patriarcal do termo. Com isso, muitos se veem como fracassados, ao longo da vida, sentindo sua autoestima atacada por todos os lados, pois não podem acessar os meios para cumprir seu “papel”. Em consonância com essa análise, Gonzalez (2020) explica que as questões relacionadas ao desemprego e ao subemprego incidem principalmente sobre a população negra. Além disso, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho também pertencem à população negra brasileira. Para a autora, no Brasil há uma característica marcante do privilégio racial, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. Neste ponto, Lélia Gonzalez (2020) não está se referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos que não possuem a propriedade dos meios de produção e que recebem seus dividendos do racismo. Posto isso, a autora ressalta que:

> Quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isso ocorre em todos os níveis dos diferentes segmentos sociais. O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho (Gonzalez, 2020, p. 45).

Com essa divisão racial do trabalho existente na sociedade brasileira, não é coincidência que a maioria da população negra faça parte da massa marginal crescente: trabalho ocasional, desemprego aberto, trabalho por temporada, entre outros. Assim, tudo isso implica baixíssimas condições de vida, em termos de saúde, habitação, educação etc. Um dos mecanismos mais cruéis da situação da população negra brasileira no mercado de trabalho se concretiza na opressão, perseguição e violência policial. A respeito disso, quando seus documentos são solicitados em abordagens (fundamentalmente a carteira de trabalho) e se constata que não têm emprego, homens negros são obrigados a confessar crimes que não praticaram, são torturados – e muitas vezes assassinados (Gonzalez, 2020). É nessa direção que Davis (2016) argumenta que a violência estatal contra a população negra tem origem na colonização e na escravidão. No caso dos homens negros, essa lógica se manifesta cotidianamente por meio das abordagens policiais, das suspeitas permanentes e da maior exposição à violência institucional. A experiência narrada por Bola (2020), enquanto homem negro, materializa essa discussão ao demonstrar o racismo estrutural por meio de diferentes formas de vigilância, controle e violência:

> Passei por diversas ocasiões na adolescência e na vida adulta em que fui parado pela polícia por parecer “suspeito”, ou por me encaixar em alguma descrição, enquanto fazia coisas normais que as pessoas fazem todo dia, como ir para casa ou caminhar até o mercado. As autoridades, assim como os civis, tratam você com uma desconfiança extraordinária se você estiver ocupando um espaço no qual não esperam a sua presença. [...] aos homens negros, é sempre reservada uma associação estereotípica de “mano”, “da quebrada” ou de bandido, uma figura relacionada às drogas e ao crime (Bola, 2020, p. 115).

O relato de Bola (2020) demonstra como a violência contra as pessoas negras é naturalizada na sociedade. No quadro teórico mobilizado, esse relato pode ser interpretado como expressão de formas institucionais de reprodução do racismo e da violência estrutural, historicamente perpetuadas nas sociedades. Tal contexto de opressão e violência contra homens negros nos leva à perspectiva apresentada por Akotirene (2019), em diálogo teórico com o pensamento de Audre Lorde e Achille Mbembe: enquanto as mulheres brancas são atravessadas pelo medo de que seus filhos cresçam e sejam captados pelo patriarcado, as mulheres negras, sobretudo as mães, temem enterrar seus filhos em decorrência das necropolíticas.

Nessa mesma direção, Rachel Gouveia Passos (2023), ao discutir a colonialidade do cuidado, argumenta que, na ontologia do colonizador, o negro é uma não vida, sendo entendido como primitivo e selvagem, o que lhe dá a autorização para ser um corpo matável. Assim, as mães negras, que são, antes de tudo, as mulheres negras, são um “não ser” e, assim, nunca

poderão ocupar o lugar da mãe ideal, já que a maternidade foi moldada e colonizada a partir da ontologia do colonizador. Passos (2023) explica que, na formação e construção da hierarquia da humanidade, foi na “zona do não-ser” que o negro esteve localizado. Isso significa estar sempre na mira do fuzil, afinal, o “não-ser” representa a animalização, a violência, a irracionalidade e a incapacidade. Para a autora, a autorização para matar é contínua. O fuzil mira permanentemente naquelas e naqueles que representam o perigo, a violência, a insanidade e a animalidade.

Corroborando essa compreensão, vale destacar que a matriz dessa dor é o colonialismo. Nessa perspectiva, Bola (2020) ressalta que as masculinidades da classe trabalhadora são consideradas perigosas por si mesmas, no sentido de que as violências, as linguagens ou os comportamentos sexistas são vistos como se fossem exclusivamente delas. Além de todo o contexto de não acesso, de opressões e violências, o autor enfatiza que, especialmente no Ocidente, os homens negros são criminalizados e hipersexualizados pelo simples fato de serem negros. Essa ideia também é discutida por hooks (2022), que aponta que há um raciocínio machista sobre o corpo negro, projetando a hipersexualidade. Assim, a imagem do estuprador negro é central nessa fantasia. Desse modo, observa-se que a construção social das masculinidades negras é atravessada por representações racistas que associam esses homens à violência, à criminalidade e à hipersexualidade. Tais estereótipos reforçam desigualdades estruturais que incidem sobre suas experiências cotidianas.

Os marcadores raciais produzem experiências distintas de ser homem, da mesma forma que a sexualidade também aponta diferentes formas de vivenciar e expressar as masculinidades. Desse modo, a compreensão das masculinidades exige considerar como a heteronormatividade atua na definição de quais expressões do masculino são legitimadas e quais são marginalizadas. Quanto a isso, Bola (2020) explica que o colonialismo, em seu movimento de dominação e exploração econômica, política e cultural de uma nação sobre a outra, foi um dos principais fatores do processo histórico que moldou a maneira como a sexualidade é vista nos dias atuais, principalmente no hemisfério sul, em países chamados de “terceiro mundo” ou em países em desenvolvimento. Posto isso, segundo o autor, na questão entre sexualidade e masculinidade, essa associação tem uma longa e complexa história, permeada por pontos de tensão na identidade masculina.

A reflexão apresentada por Bola (2020) demonstra que a heterossexualidade constitui um dos elementos normativos da masculinidade hegemônica. Desse modo, a sexualidade também atua como um importante marcador na produção das hierarquias entre os homens. Nessa perspectiva, o autor ressalta que homens gays são vistos como um desvio da masculinidade, como homens fracos. Aos homens não é dado o direito à fluidez sexual. No que diz respeito à sexualidade masculina, ou o homem é hétero ou não é. Homens não normativos

ou bissexuais com frequência são apagados do espectro da sexualidade masculina. Dessa forma, o autor sinaliza:

> Em uma sociedade na qual os homens são esmagadoramente violentos com outros homens, um homem amando outro é um ato radical e progressista. Aliás, como é possível que a gente, como sociedade, seja mais permissivo com a violência masculina do que com o amor entre homens? Deveria ser ao contrário: normalizamos o amor entre homens como uma maneira de combater a violência masculina (Bola, 2020, p. 117).

Esses atravessamentos apontam que, na sociedade moderna, pessoas de gênero fluido, não binárias ou transgêneras estão distantes de uma posição social confortável. Nesse contexto, enfrentam situações de exclusão, marginalização e ridicularização, além de constantes ameaças de violência física e de morte.

O dossiê disponibilizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) informa que, no ano de 2025, foram assassinadas 80 pessoas trans e travestis no Brasil (Benevides, 2026). Para Bola (2020), os números relacionados a esse tipo de violência provavelmente estão subdimensionados, pois muitas pessoas transgêneras sofrem violências que não são relatadas às autoridades, e isso se explica pelo receio de serem mais ridicularizadas ou atacadas, tendo em vista que a transfobia ocorre em diversos círculos sociais. Nessa discussão, o autor considera que “o conceito de fluidez sexual e de gênero pode ser uma realidade difícil de compreender em um mundo que impõe binarismos restritos e heteronormativos” (Bola, 2020, p. 121). Posto isso, o autor observa que, na sua infância, antes de desenvolver a própria orientação sexual, aprendeu que a fluidez sexual era abominável. Assim, explica que as pessoas se prendem a percepções rígidas e binárias de gênero e de sexualidade, uma vez que isso reforça a sua identidade heteronormativa e as crenças na hierarquia patriarcal – assim, enxergam a fluidez sexual e de gênero como uma ameaça à norma. Com isso, observa-se que a heteronormatividade define quais homens são socialmente aceitos e valorizados, reafirmando que tais experiências são atravessadas por relações de poder que articulam gênero, sexualidade, raça e classe.

Assim, tais concepções, que são construções sociais e históricas, também são passíveis de transformações. Como observa Bola (2020), o que era visto como normal em uma sociedade pré-colonial pode não ser considerado assim na atualidade, e vice-versa. Logo, a única certeza é que nada é eterno: as regras, ideias e crenças mudam. Talvez a forma como se olha para a sexualidade nos dias de hoje também precise mudar, afinal, não há uma só maneira de ser homem, nem uma só maneira de ser mulher ou de ser não binário (Bola, 2020).

Diante do exposto, para Zanello (2020), as masculinidades no Brasil encontram-se adoecidas, com impactos profundos que se expressam em diversos indicadores sociais, como feminicídios, homicídios, mortes por causas externas, suicídios, entre outros fenômenos. As reflexões desenvolvidas neste artigo demonstram que tais expressões não podem ser compreendidas a partir de uma concepção universal de masculinidade. Ao contrário, demonstram que as experiências masculinas são constituídas por relações históricas e sociais atravessadas por raça, classe, sexualidade e outros marcadores que produzem posições desiguais de poder, privilégio e vulnerabilidade. Nesse sentido, a interseccionalidade amplia a compreensão das masculinidades ao considerar que as hierarquias de gênero se articulam a outras formas de dominação, permitindo analisar tanto os privilégios quanto as desigualdades existentes entre os próprios homens.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das discussões apresentadas, neste artigo buscamos discutir como as masculinidades não podem ser compreendidas como experiências universais e desvinculadas dos contextos históricos, sociais e políticos que as produzem. A partir da lente analítica da interseccionalidade, foi possível argumentar que raça, classe, gênero e sexualidade se articulam na construção das masculinidades, produzindo hierarquias, desigualdades e distintas exposições à violência, à precarização da vida e à exclusão social.

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades produzidas por processos históricos, como o colonialismo e a escravidão, a masculinidade hegemônica se constitui como um modelo normativo que produz privilégios e, simultaneamente, diferentes formas de subalternização. Nesse sentido, este artigo contribui para os estudos sobre masculinidades ao demonstrar que as experiências masculinas não podem ser analisadas de forma homogênea, mas a partir da articulação entre raça, classe, gênero, sexualidade e território. A perspectiva interseccional permite compreender como esses marcadores produzem posições desiguais entre os próprios homens, influenciando o acesso a direitos, o reconhecimento social e a exposição à violência.

Por fim, com este artigo, espera-se contribuir para os estudos sobre masculinidades e sobre os diferentes marcadores sociais, como raça, classe e gênero, considerando as especificidades dos diferentes contextos históricos, culturais e sociais. Desse modo, espera-se que esta discussão possa contribuir para ampliar e aprofundar o campo de estudos sobre as masculinidades, fomentando novas pesquisas e reflexões acerca das relações de poder, das

desigualdades e das diferentes formas pelas quais as masculinidades são produzidas e vivenciadas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALBUQUERQUE, Fernando Pessoa. **Homens, masculinidades e saúde mental**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023.

BEIRAS, Adriano *et al*. **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil**: mapeamento, análise e recomendações. Florianópolis: CEJUR, 2021.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf. Acesso em: 26 set. 2026.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOLA, J. J. **Seja homem**: a masculinidade desmascarada. 2. ed. Porto Alegre: Dublinense, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**: princípios e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_homem.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Raewyn W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026x2013000100014. Acesso em: 2 abr. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. **A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero**. [S. l.: s. n.], 1994. Disponível em: https://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2015/11/A-Intersecionalidade-na-Discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-Ra%C3%A7a-e-G%C3%AAnero-Kimberle-Crenshaw.pdf. Acesso em: 3 mar. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. São Paulo: Elefante, 2022.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão.** 1983. Disponível em: https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/. Acesso em: 4 mar. 2025.

NISTERAC, Wellington de Souza. **O despertar da negritude**: quando homens negros se defrontam com suas identidades. Curitiba: CRV, 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. **"Na mira do fuzil"**: a saúde mental das mulheres negras em questão. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ZANELLO, Valeska. Masculinidades, cumplicidades e misoginia na "Casa dos Homens": um estudo sobre grupos de WhatsApp masculinos no Brasil. *In*: FERREIRA, Larissa (org.). **Gênero em perspectiva**. Curitiba: CRV, 2020.

ZANELLO, Valeska. **Prateleira do amor**: sobre mulheres, homens e relações. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.